

---

## CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, às 15h05min iniciou-se a primeira Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação do ano dois mil e quatorze. Estavam presentes no momento de abertura da Sessão, os conselheiros Jorgina de Souza Francisco, Cláudia Carneiro Farias, Wanda Lucia Borsato da Silva, Márcia Rodrigues Ferreira Alves, Jelcy Rodrigues Corrêa Júnior, Maria de Fátima Fávero Burger de Mendonça, Rosimar Silveira Pinto, Francisco Afonso Eccard, Ricardo Bragança P. Tâmmela, Maria Celi Chaves Vasconcelos, Renata Martins Varricchio, Naara Pereira da Silva Castro, Wesley Diniz Furtado, Angela Maria A. de Alcântara e Noelma Simões da Costa.

1

Compareceram ainda os cidadãos e funcionários da Escola Municipal Leonardo Boff, Giovana Fernandes, Renata S. Fernandes, Elaine Raibolt, Paulo Proença, Marina A. da Costa, Claudia S. Ferreira, Eliane Coelho Campos, Marcia Winter Kreischer, Maria de Jesus Wayand, Carlos Henrique Silva Câmara, Lygia de Fátima Mattos e Bianka Barbosa Penha.

Justificaram ausência os conselheiros Claudio José Gomide, Leonardo Paiva Campos e Gilda Beatriz.

A presidente, Dra. Professora Maria Celi Chaves Vasconcelos acolheu os presentes dando boas vindas a todos e discorreu sobre a disposição dos trabalhos com encontros para estudar os processos das Câmaras já constituídas. Esclareceu que as audiências são abertas ao público na forma estabelecida pelo Regimento e que o direito ao voto pertence ao titular, e na sua falta, ao suplente. Reforçou que quem não for conselheiro, precisa se apresentar antes de qualquer pronunciamento, identificando seu nome e qual instituição representa.

Antes de iniciada a leitura da pauta da presente reunião, afirmou que a identidade do Conselho está muito afetada pelo local onde ele está consolidado, porque após seis meses, continua se sentindo presidente de prateleiras, necessitando sempre trabalhar em espaços improvisados e não acreditou ser adequado pedir desculpas mais uma vez, porque também está sujeita a essas movimentações, onde precisa se adaptar às possibilidades que sobram e entendeu ser inaceitável a permanência dessas condições.

A secretária executiva fez a leitura da lista com o nome dos membros, momento em que foi verificado o quórum.

O conselheiro Ricardo solicitou o balanço das ausências, conforme pedido na última reunião e a presidente declarou que Débora estava com o relatório preparado e acessível ao conhecimento dos conselheiros, o qual ela própria e o vice-presidente já teriam tomado ciência.

A presidente lembrou que haveria a dispensa da leitura da Ata, uma vez que esta teria sido enviada dias atrás a todos, e que àqueles que julgassem necessária qualquer reforma, teriam tido tempo hábil de apontá-las, entretanto, a conselheira Rosimar solicitou que mesmo assim, fosse feita a leitura garantindo a fiel compreensão das falas.

---

Maria Celi colocou que ela própria teria apontado algumas modificações que foram acolhidas, como por exemplo, a supressão do horário de chegada de cada um dos conselheiros, mas com a devida manutenção do momento em que chegaram, a fim de localizar a discussão que se fazia e na presença de quem.

A presidente ainda considerou que indicar as horas, minutos e segundos, poderia ser desconfortável tanto para a Mesa Diretora, como para os próprios membros, lembrando que o trabalho é de relevante importância e interesse social, mas é voluntário e o foco do Conselho precisa ser outro, evitando a perda de tempo com essas questões regimentais.

O conselheiro Ricardo justificou que essas questões só apareceram na Ata, motivadas por aqueles que chegam muito após o horário, assinam e vão embora e o evidente descompromisso e desvalorização do espaço e do trabalho do COMED e que é preciso discutir sim o direito à assinatura da presença e ao voto.

Maria Celi lembrou que o Conselho é um órgão de trabalho voluntário com atribuições regimentais e por princípio, não teria forma recursal, assim, poderiam ser votadas as propostas e ainda rediscutir os assuntos posteriormente.

Ricardo considerou que assinar o livro e se retirar, alteraria a votação, porque seria preciso estabelecer a contagem do quórum para fazer o uso da palavra e encaminhou a proposta para votação: uma vez verificado o quórum, os votos ficariam condicionados aos presentes naquele momento, sem direito a voto e assinatura aos retardatários.

Maria Celi pediu que então fosse estabelecida como tolerância, vinte minutos após iniciada a Sessão e os presentes concordaram.

Em continuidade à pauta, Débora atendeu a solicitação de Rosimar e fez a leitura da Ata do mês de dezembro.

Rosimar destacou que a palavra falada pela Secretária de Educação, quanto ao custeio da reforma da quadra poliesportiva; “bancada”, poderia ser traduzida como oriunda de meios particulares e perguntou se este seria o caso do conselheiro Renato Freixela, acreditou então que devesse ser substituída pela expressão subsidiada.

Maria Celi colocou que a linguagem verbal admite esse tipo de entendimento e no tocante ao registro de Ata, o cuidado para não alterar a fala de terceiros deve ser muito grande.

Débora explicou que não poderia alterar as palavras da Secretária ou de qualquer outro conselheiro sem a anuência do próprio, mas poderia perguntar à Secretária se esta autorizaria a troca por outro sinônimo, como o sugerido por Rosimar.

A conselheira Naara pediu que sua fala fosse emendada novamente.

A secretária executiva respondeu à Naara que foi fiel ao que ela própria havia enviado por e-mail, reescrevendo a Ata na parte que registra a sua fala, conforme às suas orientações.

Jelcy explicou que a sua solicitação na última reunião não foi clara, porque não indicou de que maneira poderia ser feito o relato da Escola Municipal Leonardo Boff, o que demandou a presença da diretora e demais funcionários neste momento. Sopesou que o esclarecimento poderia ser feito até por escrito, já que a confusão se dá no instante em que o registro escrito

---

na Ata não tem a interveniência da fala, então demanda que as falas sejam mais objetivas e os pedidos simplificados.

Destarte, a ata foi aprovada com as novas emendas da conselheira Naara.

O conselheiro Wesley discordou da aprovação porque entendeu que se a conselheira Naara incluísse algo que não foi discutido, a Ata ficaria incorreta, mas aprovada.

A presidente então colocou que as emendas já teriam sido feitas por Débora e que Naara leria calmamente a Ata posteriormente.

Maria Celi acrescentou à proposta de Ricardo, trinta minutos de tolerância, com direito a voto.

Jelcy ponderou que os maiores e mais frequentes atrasos são dos representantes do Poder Executivo e da Secretaria de Educação, e que valeria a pena submeter à consideração do prefeito tal situação para que ele pudesse pensar nesses assuntos tão pontuais na valorização das ações do Conselho. Considerou a possibilidade da Plenária em arrematar a exclusão ou não de membros, assegurando a democracia e evitando o congelamento do Conselho. Lamentou que importantes contribuições se perdem pelos constantes atrasos.

A presidente declarou que seria de bom tom aguardar um pouco para iniciar as reuniões e questionou se Ricardo queria falar melhor sua proposta, mas reforçou que quando se para a discussão para resolver questões burocráticas, perde-se muito tempo e se evita contendas pertinentes e pleitos válidos. Entendeu que não há menor participação, porque o que importa, é a qualidade desta e a democracia não decorre de determinação legal, mas se aprende no dia-a-dia, com a autonomia exercida e discordou completamente de qualquer sanção aos conselheiros. A presença deveria ser estimulada e não seria o controle do voto que resolveria isso.

Ricardo pediu paciência aos cidadãos e defendeu que democracia começa com respeito, a começar pela desconsideração do horário de uma tarde por mês pelos conselheiros, que só aparecem no COMED para cumprir quotas de trabalho remunerado. Acreditou que a plenária teria sim legitimidade para regular os horários e possibilitar a contribuição nas discussões. Os próprios conselheiros não respeitariam a importante atribuição do conselho.

A conselheira Maria de Fátima de Mendonça corroborou com a discussão advertindo que somente seria conselheiro quem quisesse, então estes precisariam ter compromisso e, se faltasse responsabilidade, poderiam pedir para sair. Qualificou que a última reunião foi vergonhosa. Protestou que um conselheiro chegou quase ao término da Sessão, assinou e foi embora.

Jelcy chamou a atenção aos representantes do Poder Executivo, que seriam os que mais faltam, enquanto a Sociedade Civil sempre se faz presente. Analisou que a exigência de chapa branca é pouco relevante.

A conselheira Jorgina pediu a palavra e manifestou que se sentiu agredida pelas colocações, pois tem procurado participar desde o momento que substituiu as conselheiras Luciane e Fernanda.

Jelcy ressaltou que a presença de Gina no Conselho estaria contribuindo muito e que se o prefeito fez uma boa escolha, com certeza foi designá-la para o COMED.

A presidente do Conselho questionou se os membros estavam suficientemente esclarecidos das duas propostas e declarou a proposta 1, sugerida pelo conselheiro Ricardo, assinatura e voto com 1ª e 2ª convocações e tolerância de trinta minutos e proposta 2, sugerida pela presidente, direito à assinatura e voto independente de horário com anotação do horário em livro próprio.

A conselheira Cláudia esclareceu que seu interesse seria sempre o de participar das discussões, mesmo na condição de suplente.

A conselheira Maria de Fátima de Castro se apresentou e justificou o seu atraso e reforçou que as emergências de sua função dificultam o cumprimento constante do horário, o que não diminui seu compromisso com o Conselho.

Em votação, cinco conselheiros votaram na proposta 2 e nove conselheiros votaram na proposta 1.

Desta forma, estabeleceu-se que o conselheiro que chegar após às 15h30min não votará e não assinará.

Maria Celi dando prosseguimento à pauta, questionou se a conselheira Maria de Fátima de Castro teria a resposta sobre o ofício remetido ao Gabinete do Prefeito sobre a Sede e as adequadas funções que realiza, conforme lhe outorgara na última reunião.

A conselheira Maria de Fátima de Castro respondeu que a Secretária conversou com o Prefeito, que lhe assegurou que está reorganizando os espaços e estaria dentro de seu planejamento para este ano ainda a referida sede. Informou também que a Assessoria Jurídica tem um novo chefe, que estaria se inteirando das demandas para apresentar na próxima reunião os esclarecimentos quanto aos convênios.

Rosimar declarou que já pediu mais de dez vezes que os Ofícios do Conselho sejam protocolados no Protocolo Geral, assim como o que trataria sobre a situação – conteúdo dos convênios.

A conselheira Jorgina se desculpou, mas discordou de Rosimar porque o recebimento de ofícios pelo gabinete do Prefeito já chancela a recepção dos pedidos; uma vez que possuem a assinatura do funcionário e carimbo do gabinete do prefeito e agilizam o atendimento da demanda.

Maria Celi disse que não haveria interesse em valorizar o COMED porque este não é entendido como estrutura de ensino do município de Petrópolis, assim, entendeu que haveria duas hipóteses para a solução desse problema: a primeira via seria recorrer aos meios de comunicação e a segunda via seria o convencimento, o que vem sendo tentado há pelo menos seis meses.

Respondeu ainda à conselheira Rosimar que livros de protocolo não resolvem o problema; é preciso que haja respeito do Poder Público quanto ao trabalho do Conselho para lograr o intento. Aproveitou para parabenizar a conselheira Jorgina, que após muitos protocolos acumulados e pedidos em Plenária, considerou as solicitações e agiu com êxito na publicação da Mesa Diretora em Diário Oficial.

Dividiu com a plenária que não brinca de Conselho, e não destruiria anos de trajetória de pesquisa para “administrar prateleiras” do conselho de Petrópolis. Improviso e informalidade imperariam nesse Conselho, onde o mandato acabaria de forma mambembe e até agora, este já seria o sexto lugar de reunião; é preciso um local e um mínimo de infraestrutura. Esse desrespeito tem efeito psicológico, desestimulando as pessoas, porque as fazem entender que seu trabalho não têm valor.

A conselheira Jorgina se sentiu constrangida e se prontificou a trazer a resposta sobre o local na próxima reunião e terminou salientando que o prefeito preza muito os conselhos. Declarou que quer muito acertar e contribuir, mas tem sido muito intimidada por falas que atacam o Executivo.

Maria de Fátima de Mendonça ofereceu a sede do Sinpro para abrigar o Conselho.

Rosimar esclareceu que representaria uma instituição – SEPE, que a incumbira a provocar reações e tomadas de decisões do governo e reforçou que discute ideias e fatos e não pessoas. Aproveitou o momento para solicitar ao gabinete do prefeito esclarecimentos quanto ao uso da Casa Barão de Mauá, já que sua compra foi realizada com utilização dos recursos da Educação e qual seria a origem da desapropriação. Propôs que fosse elaborado um ofício pelo COMED, sugerindo que a Casa Barão de Mauá fosse a Casa dos Conselhos da Educação – CAE, FUNDEB e COMED, o que foi amplamente acatado por todos os presentes.

Em relação aos pareceres de autorização dos Centros de Educação Infantil Públicos, a presidente instruiu que os registros destes fossem nº 001/14 CEI Professora Patrícia Ferreira e Silva Freitas, nº 002/14 CEI Déa Lúcia Cordeiro e nº 003/14 CEI Professora Dora Killer e pediu esclarecimentos à conselheira Márcia Alves sobre o por quê da ampliação do CEI Déa Lúcia.

A conselheira Márcia Alves explicou que ela e a conselheira Sandra tiveram dúvida nesse aspecto porque o CEI Déa Lúcia funcionava em outro espaço e o CEI Professora Dora Killer era uma escola de Ensino Fundamental e agora teria sido transformada em CEI com atendimento exclusivo à Educação Infantil.

Maria Celi explicou que se uma instituição existia, porém com outra natureza, se houve mudança de prédio ou endereço, surgiria a necessidade de apreciação do Conselho e nova autorização, assim, a ementa e o voto direcionariam para sempre a instituição. Esclareceu-se então que não no campo do assunto, mas da própria ementa, haveria a inscrição da expressão “autorização de funcionamento em novo endereço” e no do CEI Professora Dora Killer a ementa constaria a expressão “criação”. Declarou que seria importante que todos os conselheiros entendessem que as autorizações de funcionamento passam pela Câmara de Educação Básica, após instrução da Inspeção Escolar do Município e por fim seriam autorizadas pela Sessão Plenária.

Márcia revelou que não houve reunião da Câmara, por isso, os pareceres foram ratificados na reunião, empregando então *“ad referendum”*.

Rosimar pediu à Secretaria de Educação, esclarecimentos sobre a situação das escolas remanejadas para outros locais quanto às verbas do FNDE; se continuam recebendo tudo? Exemplificou que a Escola Municipal Professora Maria Campos funciona no prédio do Liceu Municipal, portanto, um prédio só com duas diretoras e duas equipes e ainda o gasto de manutenção com um prédio desocupado e pagando aluguel há mais de um ano. Disse que o

---

site do FNDE informa que os repasses têm sido recebidos normalmente, mesmo as instituições não permanecendo nos locais de origem.

Maria de Fátima de Castro esclareceu que essas alterações são feitas no Censo Escolar, assim como as rescisões dos contratos para obras, com várias unidades de Educação Infantil.

Reforçou Rosimar que a questão é a duplicidade de despesas com unidades escolares.

Contribuindo com a discussão, Jelcy disse que sempre houve essa possibilidade de compartilhamento de espaço escolar, de prédio. Duas unidades escolares no mesmo espaço, preservando a identidade do aluno e da escola e as verbas são oriundas do aluno e não da escola a qual ele pertence.

Rosimar perguntou onde estariam sendo colocadas as verbas das escolas paralisadas.

Ricardo pediu respostas.

Jelcy solicitou que as perguntas fossem mais objetivas para se evitar demandas que suprimem o verdadeiro trabalho do Conselho e sugeriu que as respostas da Secretaria de Educação fossem moduladas.

Discordou Rosimar com Jelcy e assegurou que cada conselheiro faria os seus pedidos, e quanto aos dela, não aceitaria respostas generalizadas.

A presidente então pediu que a Câmara de Políticas Públicas se reunisse e objetivasse as perguntas para a Mesa Diretora encaminhar à Secretaria de Educação.

O conselheiro Ricardo sugeriu que essa reunião fosse neste mesmo dia, após o término da Sessão, a fim de se ganhar tempo, devido ao novo encontro só acontecer no próximo mês.

Maria Celi então pediu que a Câmara enviasse à Débora as solicitações para que a Mesa Diretora formulasse e despachasse os encaminhamentos e lembrou a importância de conceder a palavra àqueles provocados a dar explicações.

A conselheira Márcia Alves pediu licença para se retirar.

A diretora da Escola Municipal Leonardo Boff, professora Angélica, iniciou a apresentação em **Power Point** do trabalho realizado pela escola que dirige e foi agradecendo a oportunidade de mostrar a realidade da escola e a experiência em tempo integral com a utilização de verbas do “Mais Educação”. Esclareceu que em 2011 houve muita tensão e muitas críticas; foi um ano de trabalho sem qualquer apoio da Secretaria de Educação, onde foi necessária a assinatura de um termo de responsabilidade porque não havia diálogo na época e as dificuldades administrativas e operacionais eram grandes, havendo sempre o compromisso de fazer surtir efeitos na Educação dos alunos e convidou a todos a comparecerem no espaço da escola.

A conselheira Naara alegou que discussões entre escolas com pessoas mais experientes em Escolas em tempo integral devem ser promovidas pela Secretaria de Educação a fim de estreitar e fazer funcionar o tempo integral com a estrutura necessária, professores com carga horária de oito horas, sem os dois turnos, etc. e atribuiu ao trabalho em tempo integral com a exclusividade do professor, um impedimento à evasão.

Maria Celi recordou que essa discussão se dá desde mil, novecentos e vinte e quatro com Anísio Teixeira, já totalizando cem anos do manifesto da Escola Carneiro Ribeiro. Darcy tentou e muitos outros foram seus colaboradores. Cem anos depois, são os mesmos desafios e desejou que estes mestres estejam inspirando aqueles comprometidos com a Educação de qualidade, sabendo aproveitar as suas experiências, aliando teoria e prática.

A Secretária de Educação se apresentou e justificou seu atraso por motivos médicos e entendeu que os assuntos tratados na ocasião são bastante polêmicos. A Escola Leonardo Boff é uma referência de trabalho diferenciado, principalmente porque está inserida também numa comunidade distinta; assim, a Secretaria considerará o trabalho realizado como precursor, disse ela. Em relação aos profissionais da Educação, afirmou que não haveria carência relevante de professores, apenas funcionários de apoio, que estariam sendo chamados na próxima semana, e se comprometeu mais uma vez a trazer todos os convênios educacionais celebrados na próxima reunião. O COMED seria um espaço maravilhoso de discussão dos assuntos pertinentes à Educação e quanto aos convênios, só estariam mantidos àqueles necessários para o atendimento à Educação Infantil integral e parcial e alguns específicos de Ensino Fundamental, considerando as especificidades de algumas localidades. Em relação ao Ensino Fundamental, o município não recebe retorno do governo federal através do FUNDEB. Esclareceu que os convênios são considerados somente como forma de não deixar os alunos sem escola.

Alguns municípios sequer conseguiram absorver a demanda de Ensino Fundamental, reforçou Jelcy.

Os convênios não são novidade, porém lhe causam extrema estranheza com a questão de parte dos alunos terem a escolaridade gratuita e parte pagando. Precisam ser explicados e fundamentados para o Conselho, asseverou a presidente.

Mônica alegou que atualmente só haveria convênios educacionais de Ensino Fundamental onde fossem absolutamente necessários e o CEI Maria Campos provavelmente será inaugurado em maio, ofertando 120 novas vagas para Educação Infantil.

Em relação à questão da sede do Conselho, lembrou que esse drama vem desde 2001 quando não havia espaço físico, assim o governo criou a Casa dos Conselhos. Todavia, na gestão municipal anterior colocaram a SETRAC ali. Retomando o espaço ora criado e agora seria preciso ajustar o processo novamente.

Maria Celi expôs que o provisório está se delongando durante um ano. Não é qualificante, respeitoso do trabalho e da representação dessas pessoas, desgastando e tomando o tempo do Conselho. Em nome desse desconforto, um lugar intermediário com o Conselho funcionando.

Rosimar perguntou novamente por que a Casa Barão de Mauá não pode ser a sede da Casa dos Conselhos da Educação, já que não é preciso pagar aluguel.

O conselheiro Wesley arrazoou que o local é contra mão.

Mônica levará para o prefeito a demanda quanto à necessidade de espaço para alocar os Conselhos da Educação.

Os recursos empenhados na compra da Casa Barão de Mauá - Casa da Educação foram da Educação, então para haver destinação diversa, é preciso ter desapropriação, colaborou Jelcy.

A Secretária Mônica perguntou se os pedidos estavam todos registrados.

Sem tempo hábil para discutir os demais assuntos da pauta, estes foram adiados para a próxima reunião. Desta forma, deu-se por encerrada a presente, a qual registrei e assinei.

8

Petrópolis, 11 de fevereiro de 2014.

Silvana Battisti de Alencar  
Secretaria Executiva do COMED

